



Revista da Universidade Vale do Rio Verde
ISSN: 1517-0276 / EISSN: 2236-5362
v. 22 | n. 1 | Ano 2023

Valkiria Ribeiro da Cruz

Universidade do Estado de Minas Gerais
valkiriaribeiro1964@gmail.com

Lilian Ferreira da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais
lilica859@gmail.com

Dr. Jesus Alexandre Tavares Monteiro

Centro Universitário Vale do Rio Verde
Jesus.alexandrel@ymail.com

Dr^a. Eliane Ferreira de Sá

Universidade do Estado de Minas Gerais
eliane.sa@uemg.br

AUTOMUTILAÇÃO:

Saberes dos educadores, adolescência e contexto escolar

RESUMO

A automutilação é vista como um fenômeno de difícil compreensão e seu aspecto multifatorial gera uma diversidade de questões que abrangem aspectos social, psicológico, econômico e cultural, dentre outros. O presente artigo visa a investigar os saberes constituídos dos educadores quanto às práticas da automutilação presentes em quatro escolas públicas de Ibirité - MG. Segundo Bastos (2019), o estudo desta temática se justifica diante do aumento da automutilação na sociedade, além de sua contribuição para a compreensão teórica e prática de ocorrências contemporâneas deste fenômeno nas escolas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, entrevistas e questionários aplicados a alguns professores. A Teoria Histórico Cultural, a qual compreende o desenvolvimento humano como um acontecimento dinâmico, multifatorial e histórico, parte de uma visão dialética dos dados, o que permitiu compreender o homem como um ser histórico, constituído por intermédio das relações sociais e culturais. Em concordância com os resultados encontrados nesse estudo, concluiu-se que as capacitações continuadas, os seminários e as rodas de conversas são as principais estratégias que instrumentalizam o(a) professor(a) a pensar e a agir em prol do desenvolvimento de projetos de prevenção e intervenção da automutilação, não apenas junto ao estudante implicado com a prática, mas com todos da comunidade escolar.

Palavras-chave: Automutilação. Adolescentes. Escola. Psicologia Histórico Cultural.

SELF-MUTILATION:

educators knowledge, adolescence and school contexto

ABSTRACT

The self-mutilation is seen as a phenomenon that is difficult to understand and its multifactorial aspect generates a diversity of issues that cover social, psychological, economic and cultural aspects, among others. This article aims to investigate the knowledge constituted by educators regarding the practices of self-mutilation present in four public schools in Ibirité - MG. According to Bastos (2019), the study of this topic is justified given the increase in self-mutilation in society,

in addition to its contribution to the theoretical and practical understanding of contemporary occurrences present in schools. A qualitative research approach, based on bibliographical review, interviews and questionnaires applied to teachers. The Historical Cultural Theory, which understands human development as a dynamic, multifactorial and historical event, is based on a dialectical view of data that allowed us to understand man as a historical being, constituting, through social and cultural relations. In agreement with the results found in this study, it was concluded that continued training,

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino têm enfrentado vários desafios em nossa contemporaneidade, sendo um deles a incidência das práticas de automutilação entre estudantes, segundo Aratangy *et al.* (2018) e Almeida *et al.* (2018). A automutilação surge como um fenômeno social hodierno que aumenta cotidianamente, posto como um desafio de saúde pública. Trata-se de uma ocorrência de difícil compreensão devido ao seu aspecto multifatorial, o que gera uma diversidade de questões abrangendo aspectos sociais, psicológicos, econômicos e culturais.

Segundo Duarte (2019), a automutilação caracteriza-se por uma ação proposital, no qual o sujeito machuca o próprio corpo em busca de um alívio psíquico, sem intuito consciente de cometer suicídio. As práticas da automutilação não são um acontecimento recente na história da humanidade, pois está presente há tempos em diversas e diferentes culturas, em corpos adornados em grupo, como representatividade da identidade, *status* ou crenças religiosas (ARAÚJO *et al.*, 2016; ALMEIDA *et al.*, 2021).

Atualmente a prática da automutilação tem levado familiares, profissionais da Saúde, da Educação, da Assistência Social etc., que circundam o ambiente escolar, a buscarem informações

seminars and conversation circles are the main strategies that equip teachers to think and act towards the development of educational projects. prevention and intervention of self-harm, not only with the student involved in the practice, but with everyone in the school community.

Keywords: Self-harm. Teenagers. School. Cultural Historical Psychology.

qualificadas sobre o ocorrido. Segundo Morin (2000), os desafios são múltiplos e isso tem levado professores a buscarem saberes necessários que os habilitem a enfrentar o fenômeno e a intervir de modo assertivo no auxílio aos estudantes que praticam a automutilação.

A partir do exposto, indaga-se: quais são as informações dos docentes sobre a temática da automutilação no ambiente escolar? Por conseguinte, objetiva-se investigar os saberes constituídos dos educadores quanto às estratégias de prevenção e intervenção relativas às práticas da automutilação. A pesquisa foi desenvolvida a partir de vivências de educadores, em conjunto com um trabalho de conclusão de curso realizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no segundo semestre de 2022, em quatro escolas públicas da cidade de Ibitiré – MG, sendo três municipais e uma estadual do Ensino Médio,

Como saberes constituídos, toma-se a ideia de Tardif (2004), em que o saber do professor é multifacetado diante da prática profissional e de sua história:

[...] um professor se serve de sua cultura pessoal, que provém de sua história de vida anterior e de sua cultura escolar anterior, ele também se apoia em certos conhecimentos disciplinares adquiridos na universidade, assim como em certos conhecimentos didáticos e pedagógicos oriundos de sua formação profissional; ele se apoia também naquilo que podemos chamar de conhecimentos curriculares veiculados pelos

programas, guias e manuais escolares; ele se baseia também em seu próprio saber ligado à experiência de trabalho, na experiência de certos professores e em tradições peculiares ao ofício de professor (TARDIF, 2004, p. 262-263).

Ressalta-se que os saberes constituídos vivenciados na prática, no chão da sala de aula, são conhecimentos que o professor adquire em conjunção a sua formação, das regras institucionais e da construção social e cultural. A partir dessa concepção, adotou-se uma abordagem qualitativa de coleta de dados mediante a um questionário semiestruturado visando a ouvir o cotidiano escolar diante do fenômeno da automutilação.

Em consonância, as entrevistas foram feitas uma revisão bibliográfica, com base nas plataformas de coleta de dados o Google acadêmico e Scielo, sendo usadas as palavras-chave: automutilação, adolescentes, escola, Psicologia Histórico Cultural. Na percepção de Reis (2018), a publicação bibliográfica no Brasil sobre o tema da automutilação é escassa. Duarte (2019) concorda com o autor citado e reafirma a carência do fenômeno no país.

Nesse sentido, foram pré-selecionados artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso e capítulos de livros no Google com base no resumo e na temática. Após a leitura exploratória, foram selecionados 60 artigos, e desses, excluídos 30 artigos por não atender ao propósito da pesquisa.

O resultado, em parte, da revisão bibliográfica direcionou a estruturação deste artigo com temas recorrentes e primordiais para a formação de professores, tais como: história das marcas corporais no ocidente; conceito de automutilação; adolescência em metamorfose; e escola pública e automutilação. Em sequência, foi realizada a análise dos resultados das entrevistas e a

conclusão foi apresentada com possibilidades e desafios.

2 HISTORICIZANDO AS MARCAS CORPORAIS NO OCIDENTE

De acordo com Catão (2016), a terminologia historiográfica vai muito além da exposição dos fatos históricos. A princípio, carece de observação e interpretação analiticamente crítica, da circunstância real e como ocorreu o fato.

Nesse contexto, Almeida (2021) traça um marco histórico da prática da automutilação fundamentado em três períodos históricos.

[...] três períodos históricos estudados: na Idade Média havia uma forte barreira moral imposta pelo Cristianismo e as práticas de automutilação eram realizadas por meio dos autoflagelos; na Idade Moderna, com o declínio do teocentrismo e o surgimento do racionalismo e capitalismo, houve um maior foco sob o corpo, [...] máquina a ser investigada cientificamente; e na Idade Contemporânea o corpo passou a ser mercantilizado [...] acrescido do avanço científico e tecnológico, [...] o surgimento dos primeiros estudos sobre essas práticas e a sua disseminação por meio das redes sociais, passando a ser concebidas como patologias pelo enfoque [...] biomédico. (ALMEIDA, 2021, p. 37-38).

Não obstante, segundo descrevem Aratangy *et al.* (2018), a prática de automutilação foi considerada por psiquiatras francêss, no final do século XIX, como sintoma da “monomania religiosa”, um modo de obsessão religiosa que era mais comum entre religiosos. A circuncisão era também vista como ato religioso, um procedimento de mutilação cultural, que se configura como uma pequena cirurgia que somente o sexo masculino era submetido. Segundo as escrituras sagradas o ato consumado era uma representação da aliança do

povo judeu com Deus¹. Após circuncidar-se, o sujeito estaria purificado e o ato era comemorado com festejos.

Na perspectiva sócio-histórica, trata-se de comportamentos e práticas culturais de cunho puramente religioso e de caráter cultural, que representam um rito de devoção, crença e fé, uma representação dos rituais culturais coletivos.

As práticas conhecidas atualmente como automutilação surgiram entre a metade e o final do século XIX, e as primeiras investigações científicas foram feitas por pesquisadores dos Estados Unidos, que notificaram inicialmente a automutilação praticado por pacientes psicóticos (ALMEIDA, 2021).

Portanto, vale considerar que o homem em sua dimensão se constitui como ser biológico, social e histórico, seu desenvolvimento é indissociável das experiências culturais.

Este delineamento histórico revela a transição das circunstâncias da prática da automutilação, que a primórdio ancorava-se em rituais de punição e culpa religiosas; já na contemporaneidade a culpa se instaura para o processo de transformação para o mundo adulto mercantilizado.

3 AUTOMUTILAÇÃO

Araújo (2021) afirma que no campo clínico existem discordâncias relacionadas ao diagnóstico e à terminologia sobre automutilação. Além disso, inexistente no Brasil e também em outros países uma terminologia padronizada para definir as pessoas que se machucam de várias formas. A ausência de um pensamento comum entre os estudiosos sobre a nomenclatura desse fenômeno tem colaborado com

diversas denominações: automutilação, autolesão, comportamento autolesivo, autolesão, autoprovocada, escarificação, lesão, autoinfligida, *cutting* etc. (ALMEIDA *et al.*, 2018). Portanto, nessa pesquisa, a nomenclatura usada será automutilação, por ser mais comum no âmbito escolar.

Le Breton (2016) acredita que os comportamentos que colocam a vida em risco apresentam simbólica ou realmente a existência do perigo. Essas condutas definem uma necessidade endógena de transformação para uma versão melhor de si mesmo.

Nesse contexto, Duarte (2019) define a automutilação como uma ação proposital, o ato de ferir o próprio corpo em função do alívio psíquico, sem intuito consciente de morte. Ou seja, esta definição abarca qualquer atitude premeditada que envolva ataque direcionado ao próprio corpo sem intenção consciente de morte (COSTA *et al.*, 2020). Num instante solitário, o sujeito em sofrimento, revoltado, triste, com raiva ou se sentindo injustiçado, procura se isolar, munido de instrumentos de incisão, como objetos cortantes e/ou perfurantes, e os cortes ou as perfurações na carne implicam um alívio, ainda que momentâneo.

Segundo Araújo (2021), a automutilação não é uma prática recente na história da humanidade, porque, se encontra inserida em muitas culturas há tempos pretéritos, em corpos adornados coletivamente, como representatividade da identidade, do *status* ou de crenças religiosas. Em contrapartida, em tempos hodiernos, as cicatrizes corporais autoinfligida camufladas, não são aceitas socialmente, pois podem demonstrar um transtorno psíquico de caráter clínico ou social.

¹ (GÊNESIS 17:10)

Para Duarte (2019), a intencionalidade do adolescente que machuca o seu corpo em função do refrigério emocional diverge das práticas socioculturais feitas coletivamente relatada por Araújo (2021), em concordância com Demantova (2020). Ambas as autoras apontam a automutilação na perspectiva sócio-histórico, pois os cortes na dimensão somática representam movimentos ritualistas de cunho religioso aceitos e respeitados socialmente, praticados por diversos povos em diferentes culturas e épocas.

As autoras ainda relacionam a automutilação numa via bidimensional, de modo que os cortes infligidos reservadamente, com intuito de extravasar um desespero emocional, podem ser entendidos como uma demonstração de um transtorno psicossocial.

Giusti (2013) define a automutilação deliberada como comportamentos intencionais de agressão endereçado ao corpo sem intuito consciente de morte, sendo suprimidas as intervenções corporais de procedimentos estéticos. O exemplo são *piercings*, tatuagens e outros procedimentos estéticos aceitos socialmente, pois, implicam homenagem, expressão de amor, amizade ou modismo social.

Ainda segundo Giusti (2013), a automutilação engloba diversos procedimentos agressivos autoinfligidos na própria estrutura corporal, como cortes, perfurações, queimaduras, fraturas, arranhões, puxões de cabelos e outros.

Consoante com essas observações, Santana (2019), afirma que a automutilação atribuída ao adolescente ocorre por questões e/ou situações de vida tumultuosa oriunda de conflitos familiares, rejeição de namorada ou namorado, problemas com *bullying* etc.

São agressões autoinfligidas no momento de sofrimento mental, quando o corpo é a única alternativa de alívio. Segundo Foucault (1987) o corpo como território particular... não infligi a lei, por conseguinte a punição: é a dor e as cicatrizes.

Bastos (2019) solicita que o fenômeno seja visto como um aspecto social, a datar de fatores determinantes históricos-sociais, que atravessam a vivência do que é ser adolescente.

Sabe-se que o corpo é o interlocutor dos conflitos que o indivíduo não dá conta de expressar em diálogo (LOPES; TEIXEIRA, 2019). Assim, a marca impressa em cortes no corpo é o diálogo que simboliza a palavra, então, o professor, a família, ou seja, os outros, são os colocutores.

Dettmer (2018) chama a atenção dos professores e dos familiares para o cuidado com a rotulação e a medicalização do corpo humano que pratica automutilação, hodiernamente a psiquiatrização do sofrimento mental tem priorizado o discurso biomédico como um mecanismo de poder apreendido pelo mercado de produção de classificações nosológicas e de medicamentos.

Portanto, é necessário entender que as práticas de automutilação não são, *a priori*, diagnosticadas como um transtorno ou patologia, pois importa analisar as questões sociais, o conjunto de expressões que definem as desigualdades da sociedade por meio do comportamento humano (ALMEIDA *et al.*, 2018).

A intenção não é naturalizar nem negligenciar o fenômeno, mas tratá-lo proporcionalmente à razão e à complexidade que o envolve, mormente por se tratar de um fator biopsicossocial. Se torna relevante considerar as variantes biológicas, psicológicas e sociais para que o fenômeno seja compreendido e tratado sem efeitos

colaterais, sem nenhum prejuízo para a saúde do sujeito, seja adolescente, jovem ou adulto.

Conforme descrevem Bock, Gonçalves e Furtado (2007), a Psicologia Histórica Cultural, originária dos pensamentos de Vygotsky, Luria e dentre outros pensadores, permite entender o homem como um ser histórico, que vem se constituindo através do tempo. O homem se constitui por intermédio das relações constituídas nas questões sociais e culturais que permeiam seu desenvolvimento.

As questões que direcionam o sujeito a essa conduta está articulada às demandas de um contínuo processo de construção identitária, que se assevera pela transição da infância para o mundo adulto. Alguns adolescentes têm dificuldades em enfrentar essa etapa da vida social, normatizações, cobranças familiar, social e autocobranças. Esses são fatores contributivos para a expressão da automutilação.

4 ADOLESCÊNCIA EM METAMORFOSE

Segundo Almeida *et al.* (2021), a maioria dos sujeitos que busca tais condutas é adolescente. Trata-se de uma fase da vida marcada por julgamentos de caráter pessoal, social e cultural, que na perspectiva sociológica aplicada ao corpo afasta-se da veracidade médica que desconsideram as dimensões pessoal, social e cultural nas noções do corpo.

Os pesquisadores supracitados creem que a automutilação quase sempre é diagnosticada com base em uma categoria clínica e biomédica, segundo estudos científicos. Essa abordagem clínica tem ampliado sobremaneira as seguintes categorias: preconceitos, discriminação, estereótipos e estigmas para esse público. Isso, por vezes, impede

o sujeito de procurar auxílio, com vergonha de ser estigmatizado pelos outros.

As práticas da automutilação têm início geralmente na adolescência entre 13 e 14 anos de vida, e dura cerca de 10 a 15 anos, podendo perdurar por décadas, caso não se tenha o cuidado médico devido (ARATANGY *et al.*, 2018; GIUSTI, 2013).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/90, aponta que a adolescência s encontra entre os 12 e 18 anos de idade. Segundo Duarte (2019), o processo adolecer advém de um ciclo, uma mutação física e psicológica, social e cognitivo que representa questões de conflitos internos e externos incontrolláveis, além de se adequar aos regramentos impostos pela sociedade.

A adolescência é caracterizada pela etapa da vida que envolve descobrimentos pessoais, sociais e a vicissitude emocional, uma fase de metamorfose da infância para vida adulta que envolve diversidades biológicas, sociais e psicológicas. Todavia deve-se considerar as especificidades peculiares de cada indivíduo e suas características socioculturais, haja vista que tais vicissitudes emocionais que povoam essa faixa etária da vida não procedem de maneira holística para esse público, por isso é relevante considerar as especificidades de cada sujeito.

No senso comum no meio social é habitual dizer que a pessoa que se machuca deseja apenas chamar para si a atenção do outro. Porém, Giusti (2013) discorda, quando afirma que nem sempre o sujeito que inflige cortes ou se machuca, se queima, se choca contra qualquer obstáculo, tem o objetivo prioritário de chamar a atenção dos pais, professores ou qualquer pessoa.

A adolescência caracteriza-se por um processo de transição corpórea e psicológica é uma fase complexa da vida, momento de constituir

caráter e personalidade de viver, experimentar e escolher um percurso para sua vida (DUARTE, 2019). Antes, uma criança isenta de deveres e obrigações, agora é um indivíduo que precisa pensar no futuro.

Conforme Le Breton (2010), para que o adolescente se sinta mais seguro ao assumir sua identidade, ele precisa se reconhecer enquanto sujeito pertencente à sociedade, perante os que acreditam no seu potencial. Com a adolescência, surgem as normatizações que estabelecem padrões, um paradigma já estabelecido de que o sujeito precisa se adequar, mas, alguns não dão conta dessa responsabilidade social. É um emaranhado de responsabilidades de caráter pessoal, social e cultural, aliado às cobranças dos pais e da sociedade. Alguns adolescentes sentem medo de não conseguir atingir as expectativas impostas. Esse hábito humano de projetar a vida no futuro tem causado o adoecimento somático do presente, assim o futuro inexistente.

É relevante que o adolescente consiga ministrar a organicidade de suas emoções para suprimir sentimentos de raiva, revolta, melancolia, euforia e todo sentimento oriundo de situações de perdas, além de aprender projetar suas emoções em propósitos que possa dá sentido para sua vida.

No momento que as palavras emudecem, o grito não se ouve, “corpo fala não para se perder, mas para encontrar marcas, restaurar uma fronteira coerente e propícia em relação ao mundo exterior” (LE BRETON, 2010, p. 27). O corpo externaliza as emoções endógenas, um pedido de socorro, gritos que não se ouve, embargados pelo sofrimento, envolto em mangas longas.

Na atualidade, a automutilação é atrelada a diversas mudanças sociais, culturais e econômicas que influenciam direta ou indiretamente os laços

sociais, tornando-os delicados, conforme afirmam Bastos (2019) e Le Breton (2007), o corpo não se constitui somente como uma estrutura de anatomia e fisiologia, pois o ser humano se constitui pelas experiências sociais vividas. *A priori*, o corpo é uma construção simbólica, uma compilação diversificada por aspectos culturais.

A respeito disso, Santana (2019) complementa que a adolescência é um constructo histórico-social. Sobre essa ótica, é necessário compreendê-la considerando a realidade social e psicológica que se estabelece conforme as necessidades sociais e econômicas. Os sujeitos têm suas subjetividades moldadas pela diversidade social de cada período histórico.

A partir do entendimento do vínculo do corpo com conceitos, ideias e imagens que se constituem do mundo e das coisas, na adolescência é preciso pensar o corpo para além dos aspectos característicos físicos, biológicos e psicológicos, porque o corpo, segundo Le Breton (2007), atua como uma barreira viva cuja função é demarcar, correlação aos outros, a primazia da pessoa.

5 A ESCOLA PÚBLICA E A AUTOMUTILAÇÃO

Segundo a concepção de Lopes e Teixeira (2019), a escola constitui-se como uma instituição social que desempenha um papel fundante no processo formativo acadêmico e profissional de qualidade para todas as gerações.

Arroyo (2013) fala que, cotidianamente, tanto os professores quanto os estudantes das escolas públicas estão aprendendo com a diversidade que adentram as salas de aulas vindo das ruas e vilas. Na sala de aula da escola pública, o

diverso se encontra em meio a afetos e contextos individuais e sociais diferentes.

A escola tem se deparado com demandas e desafios, a automutilação vem crescendo cotidianamente. Almeida *et al.* (2018) apontam que os professores necessitam de um suporte epistemológico como instrumento para o enfrentamento do fenômeno.

É fundante que a escola notifique os casos de automutilação conforme determina a Lei nº 13.819, de 29 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da automutilação e do suicídio. É primordial que os setores públicos e privados do país cumpram a lei; as instituições de ensino integram essa lista e vale destacar que é obrigatório a notificação compulsória dos casos.

As observações de Almeida *et al.* (2018) sobre a notificação compulsória são relevantes, pois instigam a instituição de ensino a pensar criticamente ao notificar os casos de automutilação. Isso deve ser feito de forma cautelosa, de maneira que na narrativa da escola seja apresentada as informações do estudante de forma objetiva, para que não influencie o discurso biomédico, o que pode negligenciar as questões sociais, culturais e políticas.

Isso evidencia a importância em dialogar com diretores, pedagogos, professores, alunos, todos envolvidos na escola, comunicar os casos reais de automutilação para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Bastos (2019) e Araújo (2021) propõem ações interventivas e preventivas por meio das quais a escola promova uma grande rede de conversa que provoque os estudantes a falar, expor seus ideais e sentimentos, porém, respeitando a subjetividade do sujeito.

Ao abordar este fenômeno nas escolas, Arcoverde e Soares (2012) alertam que é necessário que os professores atentem para o fato de que a automutilação se constitui em um modo de subjetivação que é construído e transformado por diferentes discursos, influenciados pelos aspectos sociais e histórico-culturais nos quais acontece. Pensar a automutilação é compreender que as práticas podem estar atreladas à vivência em uma sociedade com uma estrutura social mais fragilizada.

Segundo Fonseca *et al.* (2018), diversos profissionais educacionais não estão aptos para enfrentarem todos desafios demandados das questões sociais e culturais. Uma equipe de atuação multidisciplinar, profissionais habilitados com abordagem teórico e metodológica para mediação e solução de problemas é basilar.

Segundo Dettmer (2018), as instituições de ensino precisam promover ações de prevenções e intervenções que possam mudar a visão de preponderância biomédica e patologizante sobre a automutilação, que favorece atos de exclusão e discriminação no contexto escolar.

Morin (2000) afirma que frente aos desafios e demandas os professores estão sentindo, de certa forma, instigados a buscar novos saberes necessários. O professor precisa de novos conhecimentos. “Pesquise para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 1996, p.14).

É fundamental um olhar crítico na promoção de estratégias e discursos em torno dessa prática, considerando suas particularidades na intervenção e prevenção e sem estigmatizar a automutilação.

O conhecimento é fundamental para a promoção de ações assertivas interventivas e

preventivas. Cronemberger *et al.* (2019) e Almeida (2021), alertam para importância da formação continuada de professores sobre as práticas da automutilação. Os professores têm enfrentado muitos obstáculos para lidar com esse fenômeno tão complexo.

6 ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Segundo Tardif (2004), os saberes da experiência ou da vivência são saberes da própria atividade profissional, um saber fazer do cotidiano, que necessita de outros saberes para um exercício mais perene. As respostas das entrevistas confirmam essa perspectiva quando analisadas em contraste com os dados bibliográficos.

Os participantes da pesquisa atuam na rede pública de ensino de Ibirité - MG há aproximadamente 20 anos; são quatro docentes de quatro escolas, da rede estadual e municipal, do Ensino Fundamental I e II (9º ano) e médio.

Para descrição e análise dos relatos, com esmero de preservar as identidades dos sujeitos da pesquisa, os nomes mencionados serão meramente fictícios e foram utilizadas letras maiúsculas (D1 ao D4), que se refere ao primeiro docente até o quarto docente respondentes da pesquisa. A análise seguiu a sequência cronológica das questões do instrumento técnico de coleta dos dados, para analisar as fontes de conhecimento do professor sobre a temática.

No primeiro momento, sobre o conhecimento e as informações referentes à automutilação, ao analisar as respostas da pesquisa (R1), observou-se que todos os professores entrevistados têm conhecimento sobre o tema. Os docentes relataram que tinham conhecimento por

meios de comunicação e através de vivências na escola. “Basicamente, informações de internet, telejornais e experiência cotidiana na escola” (D2-R1). “Internet e vivência na escola” (D3-R1). Somente a respondente D1 descreveu seu conhecimento com a definição da automutilação para a R1, o que reforçou a nossa intenção de desenvolver os tópicos de contextualização e histórico do tema.

Os relatos narrados nas falas dos participantes da pesquisa dialogam com a crescente incidência do fenômeno entre os adolescentes, atualmente divulgado na mídia segundo Castro e Schorn (2020). Além disso, Aratangy *et al.* (2018) afirmam que atualmente a escola tem se deparado com muitas demandas e o crescente aumento da automutilação é um desafio.

No segundo momento, em que as respostas (R2) eram sobre conhecer alguém que se automutila, a D4, não respondeu, apenas conceituou a temática, mostrando que tem conhecimento teórico. Mas, as docentes D1, D2 e o docente D3 foram unânimes sobre a existência de estudantes que se automutilam na escola. Percebe-se a vivência escolar dos docentes como campo relacional íntimo e atento às condições de seus estudantes:

Sim, temos alguns casos em que houve a prática de automutilação. Percebemos tais práticas, quanto ocorre rejeição do grupo, uso de blusa de manga comprida durante todo período, mesmo com altas temperaturas e pensamentos negativos sobre si (D1-R2).

Sim, alguns alunos praticam. Percebo que tem sido recorrente no ambiente escola e acredito que está ligado a problemas emocionais originados no âmbito familiar (D2-R2).

Sim, muitos alunos que estão aqui e que passaram por aqui praticam. A maioria dos alunos possuem problemas familiares, falta de recursos financeiros, alguns atrelados a depressão, meninas por autoestima baixa e

outros praticam por influência de terceiros (D3-R2).

Em consonância com narrativas de D1, D2, D3, Giusti (2013) revela a construção de hipóteses sobre os diversos fatores de risco que podem ser motivos para esses estudantes se automutilarem. Segundo Bastos (2019), é preciso levar em consideração a realidade social, cultural e econômica do jovem. A automutilação se caracteriza a partir do momento em que o indivíduo em questão não conseguiu falar de suas emoções, assim expõe as palavras no seu próprio corpo e camufla a leitura usando mangas e adereços para encobri-las.

No terceiro momento, os participantes foram unânimes ao dizer (R3) que são muitas as razões que levam o estudante à prática da automutilação. Para fazer a próxima análise optou-se pela união das respostas R3 e R5 dos quatro docentes participantes da pesquisa, após observar uma similitude entre as perguntas e consequentemente entre as respostas, conforme as falas inframencionadas:

[...] a baixa autoestima e a presença de pensamentos negativos sobre si, rejeição do grupo escolar, familiar e social (D4-R5).

[...] à questão familiar (separação, divórcio...), orientação sexual e a não aceitação da sua sexualidade. (D1-R3 e R5).

Problemas familiares, doenças psicossociais, baixa autoestima, depressão ansiedade (D2-R3 e R5).

Violência no âmbito familiar, autoestima, depressão, influência de terceiros. Problemas familiares, influência de terceiros amigos que também praticam, autoestima baixa (D3-R3 e R5)

[...] adoecimento mental, e falta de compreensão e apoio externo para superação. O adoecimento mental é fato. Pressões, familiares, religiosos sociais, influências tecnológicas e de redes sociais, intercorrências sociais como pandemia, mudanças no quadro social e econômico do aluno, mas

principalmente o desconhecimento do(a) adolescente em compreender que a adolescência e seus benefícios e consequências é apenas mais uma fase da vida. (D4-R3 e R5).

Diante da similitude da fala dos docentes, percebe-se a concordância com estudo de Giusti (2013) e Moraes *et al.* (2020), os adolescentes ou jovens que apresentam a automutilação, em sua maioria são oriundas de características pessoais, problemas relacionados a infância, aspectos sociais, familiares ou transtornos psiquiátricos

Giusti (2013) e Moraes *et al.* (2020), pois eles argumentam que o abuso sexual na infância pode dar origem a automutilação através do surgimento de outras comorbidades. A depressão e a ansiedade têm correlação com abuso sexual e práticas de automutilação. Percebe-se, na fala da D4 uma convicção ao afirmar que, “adoecimento mental é fato”, o diagnóstico, descontextualizado e com informações pueris é um posicionamento recorrente no meio escolar.

Ainda sobre os fatores que influenciam a prática da automutilação, Moraes *et al.* (2020) trazem a categoria fatores de risco, em consonância com Giusti (2013), porém, dessas categorias, surgem subcategorias. Das características pessoais, surgem conflitos, falta de suporte, uso de drogas na família, conhecimento de alguém que se corta, redes sociais, religiosidade, histórico de violência sexual e *bullying*, fatores implicantes para que adolescentes estudantes começam a se automutilarem.

No quarto momento, no que se refere ao gênero, as respostas (R4) foram em relação a quem mais se automutilam. O sujeito da pesquisa (D1-R4) escolheu não apontar nenhum gênero uma vez que não tem esse conhecimento, e que escola na qual leciona não tem levantamento oficial. Porém, a

(D2-R4) e o (D3-R4) foram categóricos e afirmaram que o gênero que mais inflige corte em seu próprio corpo são as meninas; D4 não respondeu. A afirmação dos docentes relacionada à baixa autoestima corrobora com os relatos de Duarte (2019) e Guerreiro e Sampaio (2013), pois eles afirmam que o perfil dos jovens que cometem automutilação é mais comum no sexo feminino e que são atrelados à ansiedade, à depressão e à impulsividade. Gonçalves (2016) corrobora com D2 e D3 ao pontuar que estudo desenvolvido na área da Psicologia mostra que a prática da automutilação ocorre mais entre as meninas. “A prática de automutilação em adolescentes são mais frequentes em meninas, dos treze aos dezesseis anos de vida” (BRASIL, 2019). A agressão autoinfligida é mais comum nas meninas, pois elas tendem a internalizar inconscientemente as emoções, as concepções, as ideias, os valores, enfim, as questões culturais, segundo afirma Le Breton (2010). Ressalta-se a vivência das mulheres em uma sociedade machista que espelha-se em padrões reproduzidos nas convivências presentes no mundo escolar por vários atores, como professores e alunos (HOOKS, 2017).

Vale ressaltar, que a sociedade não se constitui apenas desse modelo pseudo e binário, homem\mulher e da heterossexualidade conforme afirmam Alvim, Novaes e Silva (2022). Portanto, faz-se necessário respeitar a existência das diversidades de gêneros.

Em seguida, buscou-se saber a atitude do professor em relação à suspeita de que o aluno está se mutilando e os possíveis encaminhamentos (R6). Diante de tamanho desafio na tentativa de amenizar o problema, uma docente disse que: “Na escola: 1º acolhimento, 2º encaminhado a supervisão, 3º Conversa com os responsáveis pelo aluno e 4º

encaminhado para atendimento especializado” (D1-R6).

A escola, como instituição que promove a saúde, precisa ter profissionais de apoio à atenção psicossocial e à saúde mental dos estudantes. (RIBEIRO; LEITE, COUTO, 2022). Sabe-se que a escola pública sempre tem enfrentamentos com infraestruturas humanas e técnicas, e, além da automutilação, existem outras diversidades e desafios cotidianos.

Na entrevista, a segunda entrevistada afirmou que: “No primeiro momento conversamos com o estudante. Posteriormente agendamos uma reunião com a família. Se não houver melhora encaminhamos para o conselho tutelar” (D2-R6). Percebe-se uma semelhança nas respostas de D1 e D2, embora cada docente esteja representando instituições de ensino distintas.

A conexão entre a escola e a família é primordial, portanto, é necessário comunicar aos responsáveis pelo estudante a fim de conseguir apoio nas decisões e ações de auxílio. O estudante, como todo ser humano, é constituído naturalmente conforme vai se relacionando com o outro e o meio social. Por vezes, esse sujeito não consegue se desvencilhar de desafios familiares ou pessoais que a própria família desconhece. A legislação, preponderantemente, distante dos grupos familiares e dos integrantes da comunidade escolar, prescreve:

[...] Lei 13.819/19, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, o legislador prevê, em seu artigo 6º, inciso II e parágrafo 5º, que os casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada são de notificação compulsória pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados ao Conselho Tutelar, bem como, orienta os estabelecimentos de ensino a informar e treinar os profissionais que trabalham em seu recinto quanto aos procedimentos de notificação estabelecidos em Lei. (BRASIL, 2019).

Portanto, a narrativa do terceiro entrevistado dialoga com a fala das D1 e D2 supracitadas: “Conduzir o estudante até a diretoria para uma conversa. Se caso o problema persistir temos orientação da secretaria de educação de enviar ao conselho tutelar” (D3-R6). Para sintetizar a D4, apresentou uma argumentação importante para melhor compreender os impactos observados na percepção de cada docente acerca da temática:

Comunicar à direção da escola para buscar ações coletivas [...] que busquem amenizar a situação de forma individual e coletiva. Promover ações na escola que visem dialogar sobre o problema e a valorização da vida. Os alunos em sofrimento ou não precisam fazer parte do processo de construção das ações. [...] compreender e buscar identificar que fatores individuais, coletivos, sociais, culturais [...] estar levando ao surgimento e agravamento da doença (D4-R6).

Sobre argumentação da D4, vale ressaltar a importância de identificar as questões sociais e culturais de cada estudante envolvido com a automutilação. A constituição do sujeito se desenvolve através das relações sociais e das questões reais vivenciadas, oriunda de uma construção histórica e coletiva Vygotsky (1993).

A pergunta sobre como seria a abordagem da automutilação na prática as professoras D1, D2, D3 e D4 sem suas respostas (R7) foram unânimes ao dizer que para introduzir a temática em suas aulas promoveriam palestras, rodas de conversas, trabalhos sobre a temática e teatros. Todas as atividades pedagógicas apresentadas são relevantes para que os estudantes possam refletir criticamente sobre o fenômeno, além de expor suas dúvidas e suas contribuições para a problemática.

Segundo Almeida *et al.* (2018), a promoção de rodas de conversa propicia a autonomia do ser humano, política e social, na construção de sentidos

para suas experiências, visto que a roda de conversa é viva e promove reflexões críticas. Estes encontros dialógicos leva o sujeito a ressignificar suas ações sobre as causas sociais rompendo com as perspectivas biomédicas e, de acordo com Almeida (2021), têm maior foco na literatura. Para frisar a importância de se discutir essa temática na sala de aula é pertinente trazer a fala da professora D4, por sintetizar as pontuações dos demais docentes, ela falou da potência e relevância em promover:

Roda de conversa, de forma que os adolescentes se sintam à vontade para dialogar sobre os problemas, [...] levar profissionais capacitados para tratar sobre a questão (psicólogos, psiquiatras, psicoterapeutas e equipe multiprofissional com assistente social), a questão pode estar relacionada à situação social [...] formações, crenças e percepções individuais, [...] olhar para reconhecimento de um problema de políticas públicas (D4 – R7).

Segundo Lopes e Teixeira (2019), as rodas de conversas são uma estratégia para discussão de temas sensíveis, como a automutilação, e a escola é percebida como um lugar de formação humana e social. As rodas de conversas proporcionam pertencimento, uma escuta sensível possibilita trocas, experiências outros saberes não constituídos entre pares. O professor precisa ser criativo para as abordagens, portanto é legítimo promover palestras, rodas de conversas, trabalhos sobre a temática e teatros. O importante é não negligenciar o fenômeno.

A seguir foi feita uma análise sobre o conhecimento constituído pelos professores sobre a automutilação. Os quatro professores, (D1, D2, D3 e D4) responderam (R8) que não têm capacitação ou treinamento ofertado pela escola sobre as práticas da automutilação. Seria relevante, um suporte para o professor auxiliar assertivamente um estudante em sofrimento.

Ainda isso, Almeida *et al.* (2021, p. 8) afirmam: “formação continuada de professores sobre as práticas da automutilação pode contribuir para que os educadores e a sociedade [...] buscar meios de superá-las”. A profissão docente carece de formação continuada, o homem, enquanto sujeito histórico e social, necessita buscar concepções de diversos fenômenos sociais. O conhecimento humano não pode cessar, ele transforma vidas.

Por fim, na resposta R9, percebe-se que os professores não estão preparados pra lidar com a automutilação por não conhecer o fenômeno. A pesquisa apontou que todos os professores entrevistados não se sentem preparados para atuar em sala de aula caso a prática ocorra.

Diante deste fato, Silva *et al.* (2021) orientam para a necessidade e a criação de novas práticas docentes ativas e participativas que vão ao encontro à necessidade dos alunos. Aqui vale ressaltar que a R9 depende da R8, considerando que com as respostas R9 procurou-se entender se o professor, mesmo sem um curso ou treinamento sobre o fenômeno, sente-se preparado para enfrentar no chão da sala de aula caso um estudante se automutila.

A respondente 1 (D1-R9) disse sim, mas não esclareceu que momento seria este, e acrescentou que encaminharia o estudante aos profissionais capacitados. Um tanto quanto vaga a resposta, porque na R8 ela afirmou não ter capacitação sobre o fenômeno. Ela poderia ter dito que a escola tem uma equipe capacitada para atuar nesse caso.

A segunda entrevistada (D2-R9) afirmou não estar pronta para atuar caso seu aluno se machuque na sua sala de aula. Segundo Bastos (2019), os professores demonstram muitos obstáculos em lidar com a automutilação mesmo

diante da incidência de casos na escola. Denota-se uma situação complexa, mas o(a) professor(a) precisa entender que este espaço sala de aula é sua responsabilidade. Portanto, estando ou não preparado(a) teórico ou psicologicamente, tem que agir, fazer alguma coisa para ajudar. Percebe-se que o terceiro professor (D3-R9) também não se sente preparado para lidar com a automutilação como a segunda professora entrevistada (D2).

Embora a quarta professora entrevistada tenha dito não, ela falou que: “A formação específica em Geografia não me habilita para atuar [...] com a pessoa em sofrimento, me responsabilizo notificar à direção ou superiores” (D4-R9). É uma fala potente, pois a responsabilidade é que conduz a ação para fazer aquilo que se julga humano, mesmo se não for cem por cento correto, a sensação de ter feito algo para ajudar é positivo.

Por fim, após analisar e interpretar os dados da pesquisa percebe-se que os achados do estudo indicam que as estratégias de intervenção e prevenção acontecerão a partir da momento que se implantar seminários e rodas de conversas sobre a temática.

A hipótese foi confirmada, visto que os resultados apontam que os professores não têm nenhuma preparação para lidar com estudantes que se machucam no contexto escolar. Diante disso, a formação continuada sobre as práticas da automutilação pode contribuir para minimizar a automutilação na escola.

Diante disso, a escola precisa discutir a automutilação de forma ampliada, com palestras, seminários e projetos de conscientização direcionados aos estudantes e aos professores sobre as práticas de automutilação, para que a prevenção acontece realmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os principais resultados destacam-se como estratégias de intervenção e de prevenção os seminários e as rodas de conversas sobre a temática, e também a promoção de diálogos centrados no sujeito, respeitando sua subjetividade. Ainda dentre os principais resultados obtidos foi possível perceber a necessidade de uma ação preventiva para minimizar a automutilação e a capacitação continuada para docentes sobre a adolescência e as ocorrências da contemporaneidade.

Bastos (2019) indica o valor de uma ampla rede de conversa e a promoção do direito de fala como forma ações práticas. Ainda foi possível perceber que todos os professores participantes afirmaram que existem estudantes na sua instituição de ensino que se automutilam. Isso reafirma a necessidade de uma ação preventiva para minimizar esse fenômeno.

No tocante aos resultados dos objetivos específicos, o perfil do sujeito que pratica automutilação aponta que quase sempre se inicia na adolescência e é mais comum entre as meninas. Isso leva à conclusão da necessidade de debates e intervenções sobre as relações de gênero na sociedade, em específico o feminismo. Orienta-se como contribuição deste estudo o desenvolvimento de artigos específicos sobre adolescência e gênero no âmbito escolar.

Ademais, a ocorrência de automutilação foi caracterizada a partir de determinantes histórico-sociais, constituído pelas interações sociais e culturais vivenciadas. Os educadores são fundamentais nesse processo, o seu conhecimento potencializa o diálogo e é ferramenta essencial de prevenção do fenômeno. A centralidade dialógica constitui através de abordagem mútua que se

estabelece entre cultura e o sujeito, segundo Vygotsky (1993). E por ela reforça a promoção de ações relacionais no grupo escolar.

Para reconhecer a particularidade das pessoas, deve-se compreender os fatores histórico-culturais e o seu caráter construtivo, e isso deve ser priorização de estudos desenvolvidos. Os saberes explicitados pelos docentes se expressam conforme suas interações sociais, culturais e políticas experienciadas durante toda a vida escolar.

Desta forma a articulação dos conhecimentos das atividades educacionais, presente nos relatos dos professores e continuamente reformuladas em novas capacitações e formações, propicia a construção de estratégias que podem instrumentalizar o(a) professor(a) a pensar e agir no para prevenção e intervenção da automutilação, junto ao estudante envolvido com a prática, e toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. *et al.* A prática da automutilação na adolescência: o olhar da psicologia escolar/educacional. **Cadernos de Graduação Ciências Humanas e Sociais**, Maceió, v. 4, n. 3, p. 147-160, maio 2018.

ALMEIDA, R. S. **Historiografia das práticas de automutilação: produção de sentidos em narrativas de jovens no ensino superior.** 2021, 88f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2021.

ALMEIDA R. S. *et al.* A Acessibilidade atitudinal de pessoas que praticam automutilação na escola. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 56572-56589, jun. 2021.

ALVIM, F. C. S.; NOVAES, E. C., SILVA, L. O. L. E. Caracterização das violências autoprovocadas nas minorias sexuais no ano de 2016. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 15, n. 46, p. 155-176, 2022.

ARATANGY, E. W. *et al.* **Como lidar com a automutilação: guia prático para familiares, professores e jovens que lidam com o problema da automutilação.** São Paulo: Hogrefe, 2018.

- ARAÚJO, J. **Cortes & cartas**: estudos sobre automutilação. Curitiba: Appris, 2021.
- ARAÚJO, J. F. B. *et al.* O corpo na dor: automutilação, masoquismo e pulsão. **Estilos Clin.**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 497-515, 2016.
- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ARCOVERDE, R. L.; SOARES, L. S. L. C. Funções Neuropsicológicas Associadas a Condutas Autolesivas: Revisão Integrativa de Literatura. **Psicologia, reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 293-300, 2012.
- BASTOS, E. M. Automutilação de adolescentes: um estudo de caso em escola pública de fortaleza. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 3, n. 3, p. 156-191, 2019.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M., FURTADO, O. C. (org.). **Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2007. Texto 1.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei nº 13.819**, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113819.htm>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- CASTRO, L. da S.; SCHORN, S. C. Automutilação na adolescência: a necessidade da escuta no contexto escolar. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, p. 1-4, 2020.
- CATAO, A. M. L. **Psicologia e educação em Goiás**: uma contribuição historiográfica. 2016. 163f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.
- COSTA, A. *et al.* **Tatuagem e marcas corporais**: atualizações do sagrado. 7. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2020.
- CRONEMBERGER, G. L. *et al.* **O corte da própria carne**: comportamento autolesivo em mulheres adolescentes. 2019. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2054>>. Acesso em: 24 set. 2022
- DEMANTOVA, A. G. **Automutilação na adolescência**: corpo marcado, corpo atacado. Curitiba: CRV, 2020.
- DETTMER, S. E. S. **Cutting**: uma caracterização do fenômeno em escolas de Dourados (MS). 2018. 132f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2018.
- DUARTE, L. A. **Automutilação adolescente**: um projeto de intervenção. 2019, 37f. Monografia (Especialização em Saúde para professores do Ensino Fundamental e Médio) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.
- FONSECA, P. H. N. *et al.* Autolesão sem intenção suicida entre adolescentes. **Arq. Bras. Psicol.**, v. 70, n. 3, p. 246-258, 2018.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIUSTI, J. S. **Automutilação**: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo. 2013. 184f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- GONÇALVES, J. N. **Vocês acham que me corto por diversão?** Adolescentes e a prática da automutilação. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016.
- GUERREIRO, D. F.; SAMPAIO, D. Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão de literatura com foco na investigação em língua portuguesa. **Rev. Port. Saúde Pública**, v. 31, p. 204-213, 2013.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.
- LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo**. São Paulo: Vozes, 2007.
- LE BRETON, D. Escarificações na adolescência: uma abordagem antropológica. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v.16, n. 33, p. 25-40, jun. 2010.
- LE BRETON, D. **Antropologia do Corpo e Modernidade**. São Paulo: Vozes. 2016
- LOPES, L. S.; TEIXEIRA, L. C. Automutilações na adolescência e suas narrativas em contexto escolar. **Estilos Clin.**, v. 24, n. 2, p. 291-303, 2019.
- MORAES, D. X. *et al.* Caneta é a lâmina, minha pele o papel: fatores de risco da automutilação em adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, p. 1-9, 2020.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- REIS, M. de N. Automutilação: o encontro entre o real do sofrimento e o sofrimento do real. **Polêmica**, v. 18, n. 1, p. 50-67, jul. 2018.
- RIBEIRO, A. C. de O. P.; LEITE, R. F. D.; COUTO, V. D. Autolesão em estudantes adolescentes de uma escola pública. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 10, n. 1, p. 135-144, 2022.

SANTANA, I. M. Autolesão não suicida na adolescência e a atuação do psicólogo escolar: uma revisão narrativa. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 11, n. 1, p. 120-138, 2019.

SILVA, R. A. *et al.* A acessibilidade atitudinal de pessoas que praticam automutilação na escola. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 56572-56589, jun. 2021.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 4.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

VYGOTSKI L.S **Obras Escogidas - Tomo II – Problemas de Psicología General**. Madrid: Visor Distribuciones, 1993

Valkiria Ribeiro da Cruz

Pedagoga pela Universidade do Estado de Minas Gerais Gerais (UEMG); Professora de Educação infantil na rede particular de ensino Instituto Pedagógico Arca de Noé, em Ibirité MG. Pós-graduanda em Psicopedagogia e Supervisão Pedagógica

Lilian Ferreira da Silva .

Pedagoga pela Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG 2022. Pós Graduação em Educação Especial e Inclusiva Senac 2023. Professora de Educação Infantil e anos iniciais Colégio Sesc Contagem

Jesus Alexandre Tavares Monteiro

Pós-doutorando em Educação na FAE-UFMG em conhecimento e inclusão social na Linha de Pesquisa Psicologia, Psicanálise e Educação(2023), Doutor em Psicologia , com estudo sobre músicas brasileira, trabalho e psicologia Histórico-cultural, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017-2020); mestre em Psicologia, com pesquisa sobre educação social e População em situação de rua, na mesma universidade (2009-2011) e graduado como Psicólogo

pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2002), com ênfase em educação.

Eliane Ferreira de Sá

Pós-doutorado em Educação (2017) com ênfase no estudo da multimodalidade e Pós-doutorado em Educação (2011) com ênfase na educação do campo, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Educação (2009), Mestre em Educação (2003) e Especialista em Ensino de Ciências (1996) também pela Universidade Federal de Minas Gerais. Licenciada em Física (1994) e Ciências (1992) pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caratinga. Professora de Ciências e de Física da Educação Básica de 1992 a 2012, nas redes de ensino privadas e públicas, com experiência na gestão da educação. Professora da Educação Superior e de Pós Graduação desde 2005.
